



# Relatório de Gestão

2020 - 2022

# Relatório de Gestão 2020 - 2022



## **PRESIDENTE**

Enéias Xavier Gomes

## **1º VICE-PRESIDENTE**

Larissa Rodrigues Amaral

## **2º VICE-PRESIDENTE**

Francisco Chaves Generoso

## **3º VICE-PRESIDENTE**

Fabrcio Marques Ferragini

## **4º VICE-PRESIDENTE**

Hugo Barros de Moura Lima

## **1º DIRETOR ADMINISTRATIVO**

Vanessa Fusco Nogueira Simões

## **2º DIRETOR ADMINISTRATIVO**

Luz Maria Romanelli de Castro

## **1º DIRETOR FINANCEIRO**

José Silvério Perdigão de Oliveira

## **2º DIRETOR FINANCEIRO**

Júnia Barroso Oliveira Balsamão

## **CONSELHO DELIBERATIVO | Capital**

Antônio José Leal

Iraídes de Oliveira Marques

Josélia de Almeida Santos

Luiz Alberto de Almeida Magalhães

Marcos Viola de Carvalho

Patrícia Ribeiro de Oliveira

Reyvani Jabour Ribeiro

## **CONSELHO DELIBERATIVO | Interior**

Calixto Oliveira Souza

Fábio Soares Guimarães Filho

Valmira Alves Maia

Fernando de Abreu Mendes

Francisco Ângelo Silva Assis

Hélio Pedro Soares

Samuel Saraiva Cavalcante

Wagner Marteleto Filho

## **CONSELHO FISCAL**

Décio Monteiro Moraes

Epaminondas da Costa

Fernanda de Paula e Silva

Flávia Mussi Bueno do Couto

João Paulo Fernandes

Júlia Matos Frossard

# Sumário

Defesa da Classe_.....	6
Aprimoramento funcional_.....	28
Patrimonial_.....	32
Eventos_.....	34
Aposentados e pensionistas_.....	35
Esportes_.....	36
Comunicação_.....	37
AMMP Saúde_.....	40
Turismo_.....	42
AMMP Solidária_.....	43

## RELATÓRIO DE GESTÃO

2020 | 2022

## PROJETO GRÁFICO

agenci zipper.com

## DIAGRAMAÇÃO

Guilherme Reis

## RESPONSÁVEIS PELA EDIÇÃO

Damiany Coelho

Guilherme Reis



# Editorial

Caros (as) associados,

No dia 31 de dezembro deste ano, encerramos mais um importante ciclo na vida da AMMP. Entre 2020 e 2021, foi preciso enfrentar grandes desafios e mudanças institucionais.

Primeiramente, a pandemia impôs situações que a nossa entidade nunca vivenciou. Além de manter o cuidado com pensionistas e aposentados, foi necessário aperfeiçoar o atendimento e oferecer serviços com a mesma qualidade. Este cenário exigiu a modernização tecnológica e técnica, mesmo em muito pouco tempo. Acreditamos que conseguimos superar o momento com profissionalismo e atenção permanente às demandas dos nossos membros.

Além da necessidade de readequação do fazer diário, a AMMP precisou, mesmo neste contexto, criar inúmeros canais de articulação institucional para lidar com temas imprescindíveis para o MP mineiro e brasileiro. Mais uma vez, a classe se deparou com inúmeras propostas legislativas que afrontavam, sobremaneira, seus direitos e prerrogativas. Tais percalços foram superados devido ao engajamento dos membros, que se mobilizaram em cada frente.

É necessário, para o próximo biênio, que a classe continue unida em prol de uma agenda positiva de fortalecimento institucional. Os desafios futuros só serão superados com espírito de corpo e diálogo. Com união, seguiremos juntos para enfrentar os desafios, com excelentes oportunidades de crescimento institucional sob nova gestão, que será presidida pela colega eleita, Larissa Rodrigues Amaral.

Obrigado!

**Enéias Xavier Gomes** - presidente

# Defesa da Classe \_

## A AMMP iniciou o ano de 2020 atenta à tramitação da Reforma da Previdência

Com o objetivo de aprofundar as discussões e resguardar a classe de normas danosas, a Associação, em fevereiro passado, articulou, junto às lideranças de outras entidades de servidores do estado, a criação do Fórum Mineiro das Carreiras Típicas de Estado (FOMCATE). Além da AMMP, o grupo abarcou a AFFEMG, o Sindifisco-MG, a APEMINAS, a AMAGIS e a ADEP.

Já na época, mesmo antes de o texto chegar à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), as entidades começaram a debater a possibilidade de os servidores, que ingressaram no serviço público anteriormente à sua vigência, migrarem ao regime de previdência complementar estadual.

O assunto também foi discutido, em março, durante reunião entre a Diretoria e o então Procurador-Geral de Justiça, Antônio Sérgio Tonet.

Em junho de 2020, o Governo Estadual apresentou à Assembleia a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/20 e o Projeto de Lei Complementar (PLC) 46/20, que compunham a reforma. A partir de então, a AMMP entrou em modo de mobilização institucional permanente para discutir linhas de atuação que resultassem na supressão de artigos que violassem os direitos dos servidores e da classe.

Nesse ponto, iniciou-se a busca por informações, por parte da Diretoria, para esclarecer aos associados sobre os efeitos das proposições. Ainda em junho, a Diretoria da AMMP participou de reunião na AMAGIS com o presidente da entidade, o desembargador



Alberto Diniz Júnior, o deputado estadual João Magalhães e o advogado especialista em direito previdenciário Nazário Nicolau Maia Gonçalves de Faria.

Em julho, a Diretoria reuniu-se com a deputada estadual Celise Laviola, que, atendendo à sugestão do FOMCATE, protocolou emenda na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para supressão da contribuição extraordinária. Também foi organizado encontro com o deputado estadual e presidente da CCJ, o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Foi promovida, ainda, a live “Reforma Previdenciária e Administrativa: o que você precisa saber”, com palestra de Nazário Nicolau.

Ao passo em que a proposição era discutida na Casa Legislativa, a AMMP avançava nas tratativas com os parlamentares para apontar os equívocos das primeiras versões dos textos.

Somente em julho, foram realizadas aproximadamente 30 reuniões com deputados, dentre eles o presidente da ALMG, Agostinho Patrus, e o relator da PEC 55/2020, o deputado Cássio Soares. Nesse período, também foram organizados encontros com o secretário de Governo, Igor Eto.

A AMMP foi presente também no seminário promovido pela Assembleia para aprofundar os debates em torno das proposições. Em seu discurso, Enéias Xavier Gomes abordou alíquotas, regras de transição, pensionamento e migração.

A movimentação institucional seguiu em agosto, quando foram realizadas reuniões com o Executivo estadual, representado pelo Secretário-Geral, Mateus Simões, e pelo Secretário da Fazenda, Gustavo Barbosa.

As conversas com o Parlamento mineiro foram intensificadas, principalmente com o relator da PEC 55/20, Cássio Soares, e o relator do PLC 46/20, João Magalhães.

O trabalho associativo foi exitoso e os textos que estruturavam a Reforma da Previdência foram aprovados com mudanças substanciais, no início de setembro.

No fim daquele mês, a AMMP promoveu, em parceria com a AMAGIS, mais uma live com o advogado especialista em Direito Previdenciário Nazário Nicolau Maia Gonçalves de Faria para esclarecer os principais pontos da nova legislação aos associados.

Em outubro, o Escritório Brito Campos, contratado pela AMMP, passou a fazer atendimento individualizado, remoto e presencial, para tirar dúvidas dos membros.

Após a sanção dos textos, a AMMP passou para o segundo ato: trabalhar pela regulamentação de benefício especial para migração de regime previdenciário.

Em outubro de 2020, a Diretoria voltou a debater a proposta com os parlamentares e foram realizadas reuniões com o deputado Antônio Carlos Arantes, a deputada Celise Laviola e o Secretário de Governo, Igor Eto.

Em fevereiro de 2021, a AMMP e as entidades que compõem o Fórum Mineiro das Carreiras Típicas de Estado (FOMCATE) ajuizaram, no Tribunal de Justiça de Minas (TJMG), duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) para contestar a ampliação da base de cálculo para incidência da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas, além da progressividade das alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas. As ações foram elaboradas pelo escritório Brito Campos, Ribeiro & Gonçalves.

No mesmo mês, a AMMP realizou reunião virtual com os associados para elucidar pontos relativos à migração ao regime de previdência complementar e benefício especial. Novamente, o advogado Nazário Nicolau foi o responsável por sanar as dúvidas dos participantes.

Em março, a AMMP seguiu cumprindo extensa agenda de reuniões para debater a possibilidade de migração para o regime de previdência complementar e a criação de mecanismo compensatório das contribuições já vertidas ao regime próprio de previdência social. Na época, o presidente da AMMP,



Enéias Xavier Gomes, e o Presidente da Amagis, Alberto Diniz Júnior, participaram de reunião no BDMG com o secretário-adjunto de governo, Gustavo Corrêa, e com o presidente da Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o deputado João Magalhães. Posteriormente, a Diretoria reuniu-se para discutir o tema com o secretário da Fazenda, Gustavo Barbosa.

Em abril, a Diretoria debateu a demanda da classe com o presidente da AMAGIS, Alberto Diniz Júnior, com o presidente do TJMG, Gilson Soares Lemes e com o Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior.

Em junho, a Diretoria participou de ato de entrega, ao presidente da Assembleia Legislativa de Minas, Agostinho Patrus, do Projeto de Lei Complementar 60/2021, que tratava de benefício especial de migração para o regime complementar da Previdência.

Também participaram da solenidade de entrega do PLC o Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, o presidente do TJMG, Desembargador Gilson Lemes, o presidente da Amagis, Desembargador Alberto Diniz, além do Secretário de Governo Igor Eto e do deputado estadual João Magalhães.

Cumprindo o papel de oferecer esclarecimentos à classe, a AMMP promoveu, ainda em junho, a live “Principais pontos do PLC 60/21: migração e mecanismo compensatório”. O advogado Nazário Nicolau de Faria foi o responsável por responder os questionamentos dos associados no chat ao vivo.

Após meses de mobilização e discussões com o Parlamento, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou, em segundo turno, em julho, o PLC 60/2021. O texto foi sancionado pelo Executivo estadual em agosto.

Como o tema interfere substancialmente na carreira dos membros e com o cenário definido, em setembro, foi transmitida mais uma live. Dessa vez, além de Nazário Nicolau Maia Gonçalves de Faria, o presidente da Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais (PREVCOM), Armando Quintão

Bello, também informou aos associados sobre os meandros do regime previdenciário. Participaram do evento o presidente Enéias Xavier Gomes, a vice-presidente, Larissa Rodrigues Amaral, e o presidente da AMAGIS, Alberto Diniz Júnior.

Em outubro, foi realizada mais uma transmissão esclarecedora para os associados. A AMMP recebeu a palestra “Reforma da Previdência em MG: é hora de migrar?”, com o Procurador da República Rodrigo Tenório.

Com o propósito de auxiliar os associados na decisão de qual regime previdenciário adotar, a AMMP contratou o especialista Nazário Nicolau Maia Gonçalves de Faria para prestar atendimento individualizado. De julho e dezembro de 2021, foram realizadas mais 500 consultas.

### **Demais direitos previdenciários da classe**

Em novembro de 2020, após julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do Tema 942, reconhecendo a aplicação do disposto na Lei 8213/1991 no cômputo do tempo de serviço especial para os servidores públicos, a AMMP encaminhou ofício à Procuradoria-Geral de Justiça pleiteando o cômputo e a respectiva averbação do tempo trabalhado em condições especiais como comum. Em dezembro de 2020, a Procuradoria-Geral de Justiça Adjunta Jurídica deferiu o pleito em favor dos associados, mediante a observância do regime jurídico aplicável ao membro à época em que laborou em circunstâncias especiais.

Em fevereiro de 2021, o STF reconheceu, no julgamento do Mandado de Segurança 31299, o acréscimo de 17% ao tempo de serviço prestado até a vigência da EC 20/98. Por maioria, o Plenário acolheu o voto divergente do Min. Alexandre de Moraes

A decisão representou importante conquista para os associados aposentados e ativos, já que assegurou o direito adquirido ao acréscimo de tempo de serviço como forma de compensação pela maior onerosidade quanto ao requisito do tempo de contribuição.

## **Pautas nacionais: a AMMP teve atuação intensa em Brasília para impedir a aprovação de proposições que afetam o MP**

Nos últimos dois anos, com o surgimento da pandemia do coronavírus, o Congresso Nacional colocou em tramitação uma série de propostas legislativas de ajuste fiscal que traziam a reboque alterações nas prerrogativas, direitos da classe e capacidade orçamentária do MP brasileiro. O momento exigiu atuação intensa e permanente da AMMP e CONAMP, o que envolveu uma série de reuniões com lideranças parlamentares e união do MP nacional.

Colocado em discussão no Congresso desde o início de 2020, a Proposta de Emenda Constitucional 186/2019 (PEC Emergencial) foi objeto de discussões da AMMP com senadores, em março. Naquele momento, a Diretoria reuniu-se com os parlamentares Álvaro Dias, Antonio Anastasia e com o deputado federal Arlindo Porto para apontar equívocos no texto.

Simultaneamente, o Congresso analisava a PEC 10/2020 (Orçamento de Guerra), que instituiu regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento da calamidade pública nacional decorrente de pandemia. A proposta foi acompanhada de perto pela AMMP, CONAMP e Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas). A proposição foi aprovada em abril sem as emendas que propunham o corte de salários dos servidores públicos durante o período.

Foi preciso acompanhar de perto também o PLP (149/2020) na Câmara dos Deputados. O texto, que propunha a reestruturação das dívidas dos estados e municípios, foi motivo de intensa mobilização junto aos parlamentares. Como consequência, ao chegar ao Senado, foi substituído pelo PLP 39/2020. Nesta forma, passou de ajuste fiscal para um programa de socorro de estados e municípios para o enfrentamento da pandemia, suprimindo, assim, a proibição de promoção na carreira, a obrigatoriedade de devolução das sobras do duodécimo da Instituição, bem como de seus fundos, em hipótese de calamidade pública, aos cofres do Executivo, dentre outros. A legislação foi sancionada na forma do PLC 173/2020.



No radar da AMMP desde janeiro, quando o assunto era debatido nas reuniões da CONAMP, a PEC 32/2020 (Reforma Administrativa) passou a ser foco de atenção do Congresso Nacional em setembro de 2020. Neste contexto, a Associação permaneceu em contato com os parlamentares para debater e frear a apresentação de emendas danosas ao MP nacional. Em novembro, a Diretoria reuniu-se com o senador Antonio Anastasia em duas ocasiões, junto ao presidente da AMAGIS, Alberto Diniz Júnior, para apresentar alternativas à matéria.

Já em dezembro do ano passado, o Congresso analisou o PLP 101/2020, que, com o arquivamento do Plano Mansueto, passou a propor mudança nas regras para os estados refinanciarem suas dívidas em troca de ajustes fiscais em suas contas. Inicialmente, a proposição estabelecia o prazo de 3 anos para a adequação do limite de despesas com pessoal para os Ministérios Públicos Estaduais. O diálogo constante com os parlamentares e entidades associativas teve êxito, fazendo com que o prazo aumentasse para 12 anos.

Em 2021, após o recesso legislativo, o Congresso voltou à carga pela aprovação da PEC Emergencial. Em março, a matéria foi promulgada sem os seguintes trechos: impedimento de pagamento retroativos com base em decisão administrativa; teto remuneratório, permitindo o pagamento fora do teto remuneratório somente do adicional de férias, décimo terceiro, ajuda de custo para remoção e transporte e diárias; diminuição das férias para 30 (trinta) dias, sendo vedada a venda; desvinculação do subsídio do teto do STF; redução salarial proporcional à da carga horária de trabalho. Ficou restrito o congelamento dos subsídios, que pode ser decretado de forma facultativa pelos Estados, durante o período de calamidade pública.

Ainda no primeiro semestre, a AMMP e a CONAMP precisaram aprofundar debates internos para solidificar atuação institucional

e traçar linhas de estratégia, uma vez que, neste ano, as propostas legislativas passaram a focar na alteração da atuação cotidiana do MP: reforma da Lei de Improbidade, da Lei de Lavagem de Capitais e do Código de Processo Penal, da Lei Geral de Proteção de Dados para segurança pública e investigação criminal (LGPD Penal), PEC 05/2021, além do PL do Extrateto.

Em abril e maio, a Diretoria reuniu-se com os deputados federais Lincoln Portela, Subtenente Gonzaga, e Júnio Amaral para discutir o Novo CPP (PL 8045/2010). Também foi lançada e divulgada pela AMMP a cartilha da CONAMP “16 fatos que você não sabe sobre o novo CPP e que aumentarão a impunidade no Brasil”. No mesmo período, a AMMP realizou reunião com os presidentes das seções regionais para tratar, além de assuntos institucionais, da tramitação do PL.

Em junho e julho, a AMMP, CONAMP e entidades filiadas conseguiram impedir, a partir de discussões com as lideranças do Parlamento Nacional, a aprovação da urgência para o PL Extrateto. O mês ainda foi marcado pela presença da CONAMP em audiência pública na Câmara sobre a Reforma Administrativa, quando a entidade se posicionou contra a inclusão do Ministério Público e da Magistratura no texto.

No período, a Diretoria seguiu em contato com lideranças congressistas e organizou reunião virtual com o deputado federal Rodrigo de Castro e com o relator da proposta, o parlamentar Rubens Bueno. Na oportunidade, participaram do encontro remoto: o deputado federal Rodrigo de Castro, o Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, o presidente da AMAGIS, Alberto Diniz Júnior, o ex-presidente do TJMG, Nelson Missias de Moraes e o presidente da CONAMP, Manoel Murrieta e a presidente da AMB, Renata Gil.

Em setembro, a mobilização institucional havia sido exitosa em relação à Reforma Administrativa. O relator da proposta na Câmara dos Deputados apresentou relatório



excluindo a presença das carreiras do MP e da Magistratura.

A Reforma da Lei Improbidade Administrativa foi sancionada, em outubro, com avanços em relação à versão original do texto, que no entendimento das entidades de classe do MP brasileiro, apontava para um desmonte da legislação, o que resultaria na impunidade de gestores públicos ímprobos.

A articulação institucional teve êxito em pontos nevrálgicos da proposta:

Ressalva da condenação em honorários de sucumbência apenas para os casos de comprovada má-fé;

Aumento do prazo do inquérito civil para 1 (um) ano, prorrogável por mais uma única vez, mediante ato fundamentado submetido à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica;

Aumento do prazo de transição para manifestação do interesse do Ministério Público de 120 (cento e vinte) dias para 1 (um) ano a contar da publicação da Lei;

Exclusão da necessidade de dolo específico dos atos de improbidade decorrentes do descumprimento da legislação de acesso à informação;

Inclusão de ressalva quanto à possibilidade de configuração de nepotismo na hipótese de indicação política;

Supressão de disposição quanto à aplicabilidade retroativa das disposições da Lei;

Garantia da imprescritibilidade do ressarcimento ao erário (CF, art. 37, §5º) – decorrente da separação clara entre a ação de improbidade e a ação civil pública.

Apesar das melhorias no texto, a CONAMP realiza análise de eventual propositura de ADI.

## PEC 05/2021 exigiu resposta célere da AMMP, CONAMP e entidades filiadas

Colocada em plenário, em outubro, após tramitação de urgência em comissões temáticas na Câmara dos Deputados, a PEC 05/2021 representou a maior ameaça à independência funcional do Ministério Público desde a PEC 37/2011.

1) Daria ao CNMP o poder de rever qualquer ato funcional de membros do Ministério Público de todo o Brasil, com base em parâmetros vagos e subjetivos, o que também fulmina sua independência funcional.

2) Permitiria que o CNMP revisasse ou anulasse atos do Ministério Público que “interferiam” na “ordem pública, ordem política, organização interna e independência das instituições e órgãos constitucionais”.

3) Disciplinaria a composição do conselho superior, violando a prerrogativa de lei do órgão ministerial e sua autonomia administrativa.

4) Atualmente, o Vice-Presidente do CNMP é o Vice-Procurador-Geral da República. Pela PEC 5/2021, esse cargo passaria a ser acumulado com o também importante cargo de Corregedor Nacional do Ministério Público, encarregado de coordenar a atividade disciplinar do CNMP, o qual, pela PEC, passaria a ser indicado politicamente pelo Congresso.

5) Permitiria a interferência política direta no MP e extinguiria a atuação independente dos membros. Dobraria o número de vagas na composição do Conselho, indicadas pelo Congresso, de duas para quatro.

6) Estabeleceria novos prazos prescricionais com conteúdo vago e subjetivo, além de criar causa interruptiva da prescrição com prazo indefinido de regras bastante severas em uma sistêmica do ordenamento jurídico.





A partir do momento em que a PEC foi liberada para votação em plenário, a CONAMP e AMMP, ao lado das demais filiadas e associações parceiras, articularam uma grande mobilização nacional. Essa mobilização foi fundamental para resguardar a capacidade de atuação de Promotores(as) e Procuradores(as) de Justiça nas mais diversas áreas de atuação para a defesa da sociedade, áreas essas que necessitam da autonomia funcional dos integrantes da instituição.

Em encontro híbrido realizado na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, no dia 13 de outubro, entre o Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, a vice-presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, o Procurador-

chefe do Ministério Público Federal em Minas Gerais, Patrick Salgado, os Procuradores e Promotores de Justiça que compõem a Administração Superior do MPMG e cerca de 300 membros da instituição, foram apontados os principais retrocessos da PEC 05/2021, além de discutidas formas de sensibilizar os parlamentares sobre os danos à independência do Ministério Público brasileiro.

Uma semana depois, a Diretoria da AMMP, participou de ato público em Brasília, na sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Na ocasião, as entidades de classe do Ministério Público se uniram contra o enfraquecimento da Instituição e a favor da democracia.



Tal mobilização institucional reverberou na sociedade civil, que também contribuiu em uníssono para demonstrar o descontentamento com o texto. O resultado foi a rejeição ao substitutivo do texto no dia 20 de outubro, na Câmara dos Deputados. Foram 297 votos favoráveis, 182 contrários e 4 abstenções. O texto necessitava de 308 votos para ser aprovado.

## Eleições para PGJ

Durante os meses de outubro e novembro de 2020, a AMMP organizou agenda de atividades relacionadas à eleição para Procurador(a)-Geral de Justiça. O propósito era divulgar as ideias e propostas dos oito candidatos e candidatas à Lista Tríplice.

Os(as) postulantes ao cargo tiveram amparo de novas tecnologias da informação e planejamento específico. Foram disponibilizados à classe conteúdos exclusivos em diversos formatos. O pleito foi o primeiro que possibilitou a participação de Promotores e Promotoras de Justiça.

### Atividades

Em outubro e novembro, a AMMP promoveu grandes debates com transmissão ao vivo em seus canais oficiais.

O programa foi dividido em blocos e possibilitou que os membros do Ministério Público Mineiro conferissem de perto as propostas de gestão dos (as) candidatos (as). A transmissão, mediada pelo jornalista Orion Teixeira, foi aberta à participação dos associados, que puderam enviar perguntas.

O jornal **AMMP Notícias** publicou, em outubro, entrevistas exclusivas com cada candidato (a). Todo conteúdo foi disponibilizado nos formatos digital e físico, integralmente.

### Lives

A AMMP também disponibilizou aos concorrentes o formato de transmissão popularizado nos últimos meses: as lives. No fim de outubro, os postulantes ao cargo aprofundaram, em entrevistas individualizadas, seus planos para o MPMG.

## Vídeos temáticos

Além das lives, foram produzidas e veiculadas 40 vídeo-pílulas. Cada candidato(a) gravou cinco edições contendo questões temáticas levantadas pela Associação.

## Vontade da classe

Em novembro de 2020, a AMMP encaminhou ofício ao governador Romeu Zema com os nomes mais votados nas eleições para PGJ para apontar que as “entidades representativas de classe têm assumido historicamente o compromisso de defender a escolha do candidato(a) mais votado nas eleições para a composição das listas, como forma de valorização do critério democrático majoritário.”

## Ofícios ao PGJ: por meio de ofícios, a AMMP pleiteou demandas importantes da classe e estabeleceu diálogo propositivo com a Administração Superior

### 2020

**Março** – solicitada a publicação de ato normativo para disciplinar o recebimento de eventuais representações contra membros do Ministério Público de Minas Gerais no exercício de suas funções institucionais, em que fosse imputada a prática de crimes de abuso de autoridade.

**Junho** – foi encaminhado requerimento quanto à aplicação do artigo 8º, inciso IX, da LC 173/2020 (férias-prêmio), no contexto da Lei Complementar 173/2020, que estabeleceu, na época, o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-Cov-2 (Covid 19).

**Novembro** – foi pleiteado o reconhecimento do direito de os associados requererem a contagem diferenciada do tempo de serviço

averbado em decorrência do exercício de atividades sob situação especial, que impliquem em prejuízo à saúde ou à integridade física (como atividades na PM e PC), para todos os fins previdenciários. A solicitação se baseou nos termos do artigo do artigo 40, §4º, da CF (redação anterior à EC 103/2019), e da Lei nº 8.213/91, conforme recente decisão proferida no RE nº 1014286, julgado em repercussão geral pelo STF, publicada no dia 24/09/2020.

**Novembro** – foi enviado à PGJ ofício sobre as adequações na Resolução PGJ n.º 22/2020 (critérios de compensação).

**Dezembro** – foi encaminhado ofício para solicitar levantamento sobre o desconto previdenciário incidente nas verbas denominadas Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) e Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e, posteriormente, o ressarcimento dos valores.

### 2021

**Janeiro** – foi encaminhado ofício para requerer edição de provimento no sentido de incluir a licença maternidade/paternidade/adotante como hipótese de efetivo exercício para todos os efeitos, inclusive para fins de vitaliciamente, sem a necessidade de prévia modificação da Lei Orgânica.

**Março** – foi requerida a revisão e atualização dos valores devidos aos membros a título de diárias e indenização de despesas de transporte para garantir a justa indenização pelo deslocamento temporário e necessário para a regular e eficiente prestação de serviço à sociedade mineira.

**Mai**o – foi requerida a inclusão dos (das) pensionistas (as) no programa de assistência à saúde suplementar.

**Agosto** – foi requerida a regulamentação do regime de trabalho remoto para os membros do MPMG.

Entre fevereiro e agosto – foram encaminhados ofícios para requerer informações sobre quais membros teriam direito a PAE, URV e ATS, com o propósito de auxiliar os trabalhos periciais.

Entre junho e setembro – foram encaminhados ofícios para requisitar informações/documentos individuais dos associados para facilitar as consultas individualizadas com escritório de advocacia contratado para auxiliar os membros na escolha do regime de previdência.

## Compensação por cumulação de ofício/função

Em setembro de 2020, a AMMP encaminhou ofício ao PGJ para solicitar a regulamentação da compensação por cumulação de ofício/função.

O documento ressaltou hipóteses previstas na Resolução TJMG 935/2020 aplicáveis ao Ministério Público, com a possibilidade de fixação da compensação pelo exercício cumulativo de atribuições em valor correspondente a 1/3 do subsídio para cada 30 (trinta) dias de exercício de designação cumulativa, conforme parâmetros fixados pela Lei 13024/2014 e Lei 13093/2015, Resolução TJMG 935/2020 e Recomendação CNJ 75/2020.

Também foi destacado que, em consonância com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8625/1993, artigo 50, inciso X), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) reconheceu a legalidade de contraprestação pelo exercício cumulativo de atribuições, por meio da Resolução n.º 09/06, estabelecendo as parcelas não extintas pelo subsídio (artigo 4º, inciso I).

Em novembro, foi publicada a Resolução PGJ n.º 22, de 06 de novembro de 2020, dispondo sobre os critérios de compensação

por Promotores e Procuradores de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Em 2021, a Administração Superior editou nova regulamentação, disciplinando formas de compensação relacionadas ao trabalho extraordinário e plantão ministerial.

## Verbas em atraso

A partir de perícia contábil, por meio do Escritório Luiz Carlos Abritta Advocacia, a AMMP formulou e acompanhou irrestritamente requerimentos e recursos administrativos na busca do recebimento por associados de eventuais verbas em atraso, relativas a PAE, URV, dentre outras, sendo a questão acompanhada de perto por comissão de associados designada para tal finalidade. A AMMP firmou, ainda, parceria com a qualificada empresa Consulper Consultoria e Perícia, dando suporte aos associados eventualmente interessados na contratação de perícia individual, bem como com o qualificado escritório de advocacia Miriam Esteves, para pensionistas eventualmente interessadas em sanar questões formais relativas ao recebimento de verbas. A partir de dezembro de 2020 e até outubro de 2021, foram enviados 11 ofícios contendo mais de 290 requerimentos administrativos, com pedido de envio de planilhas eletrônicas e certidões para a realização de perícias individuais.

## Capacidade eleitoral passiva

Pauta institucional histórica da AMMP, a capacidade eleitoral passiva dos (as) Promotores (as) de Justiça foi reconhecida e legitimada em lei.

Em agosto de 2020, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, sancionou a lei que permite a Promotores (as) de Justiça concorrerem ao cargo de Procurador(a)-Geral de Justiça.

A demanda da classe foi expressa com grande clamor em 2016, quando foi feita pesquisa de opinião com os associados. Na ocasião, a enquete demonstrou que 76,5% dos associados consultados foram favoráveis à capacidade eleitoral passiva dos Promotores de Justiça

Inicialmente, em 2017, a AMMP apresentou ao então Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, requerimento questionando a inconstitucionalidade da legislação mineira que vedava a possibilidade de Promotores de Justiça concorrerem ao cargo de PGJ.

O requerimento resultou na apresentação da ADI 5.704 ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2018, a partir de mobilização da AMMP, a então Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, apresentou parecer a ADI, atestando a inconstitucionalidade do artigo 123-§ 1o da Constituição do Estado de Minas Gerais.

Na época, a capacidade eleitoral passiva dos membros do MPMG também foi pauta de reuniões realizadas entre o presidente da AMMP, Enéias Xavier Gomes, e o ministro do STF Marco Aurélio Mello.

AADI foi liberada, em outubro de 2018, para ser votada no plenário da Corte. Em dezembro o Supremo reconheceu a inconstitucionalidade do artigo 123-§ 1º da Constituição do Estado de Minas Gerais.

Além da articulação constante em Brasília, a Associação buscou o diálogo com o Executivo Estadual e com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Em 2019, a Diretoria encaminhou dois ofícios ao Governador de Minas Gerais, Romeu Zema, um ofício ao Advogado-Geral do Estado, Sérgio Pessoa de Paula Castro, e um ofício ao Procurador-Geral de Justiça Antônio Sérgio Tonet, para solicitar a alteração legislativa no âmbito da Constituição estadual. Além do documento, a demanda também foi expressa em reuniões realizadas com o PGJ.

Em junho, Enéias Xavier Gomes, juntamente com o líder de governo na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o deputado Luiz Humberto Carneiro, e o Promotor de Justiça de Varginha Mário Antônio Conceição, visitaram o Advogado-Geral do Estado, Sérgio Pessoa de Paula Castro, para tratar do assunto.

Em julho de 2020, a Assembleia Legislativa pautou o tema e aprovou, em turno único, o Projeto de Lei Complementar 45/2020, garantindo a



possibilidade de Promotores (as) de Justiça concorrerem ao cargo máximo da instituição. O texto alterou os §§ 1º e acrescentou o 2º-A ao art. 5º da Lei Complementar nº 34, de 12

de setembro de 1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.



## Relacionamento interinstitucional

Além do diálogo permanente com Parlamentares da esfera federal e estadual para debater proposições legislativas que afetam o MP, a AMMP fez do bom relacionamento institucional com outras entidades e Poderes uma tônica. As discussões tiveram como propósito o fortalecimento da classe e a defesa de suas prerrogativas.

Diálogo institucional:





## Encontros regionais

A Diretoria da Associação visitou Promotorias de Justiça para conhecer a estrutura de trabalho e entender as demandas da classe. A AMMP também se fez presente nos encontros regionais organizados pela PGJ. Em 2021, os encontros aconteceram em Varginha, Governador Valadares e Divinópolis.



## Reuniões das seções Regionais da AMMP

Os encontros com os representantes regionais da AMMP têm o propósito de discutir os principais temas que norteiam a vida institucional.

### Fevereiro de 2020



### Abril 2020



### Maio 2021

## Comissão das Mulheres da



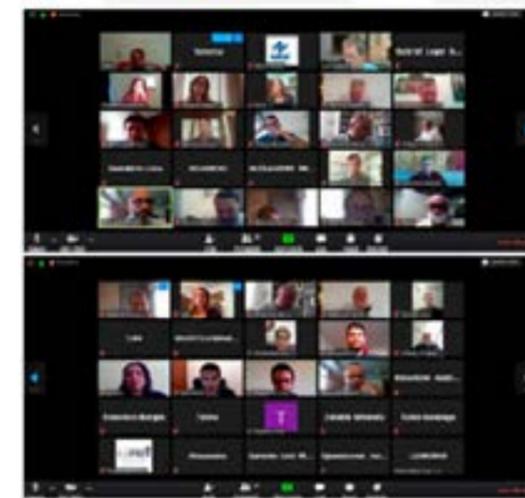
## CONAMP

Entre 2020 e 2021, a AMMP participou de 11 reuniões da Comissão de Mulheres da CONAMP por meio de sua representante, a Promotora de Justiça Luciana Cristina Giannasi. O colegiado tem como propósito valorizar as mulheres do Ministério Público Brasileiro; propor ideias e estratégias pela garantia da representatividade e igualdade institucional e associativa e acompanhar processos legislativos de interesse da classe ou que afetem diretamente direitos fundamentais das mulheres.



## Jusprev

Membro atuante da JUSPREV, ao longo de 2020 e 2021, a Associação acompanhou de perto as reuniões e decisões da instituição. Representam os associados: o ex-presidente da AMMP e Procurador de Justiça, Flodesmidt Riani (membro do Conselho Fiscal), e o Promotor de Justiça e ex-diretor da AMMP-SAÚDE, Luiz Felipe de Miranda Cheib, (vice-presidente do Conselho Deliberativo).



Em abril de 2020, Flodesmidt Riani participou de reunião virtual, quando foram apresentadas as ações da JUSPREV no momento de pandemia do coronavírus e as iniciativas de educação financeira e previdenciária divulgadas nos canais oficiais da entidade.

Em agosto deste ano, houve Reunião dos Órgãos

Colegiados da JUSPREV, também com a presença do ex-presidente da AMMP. Na ocasião, foram apresentados os relatórios de acompanhamento das Políticas de Investimentos referentes aos 1º e 2º trimestre de 2021, investimentos e estratégias dos gestores, relatório de atividades relativo ao primeiro semestre e resultado do estudo de novo perfil de investimentos.

Em junho deste ano, foi promovida live para esclarecer aos associados as principais questões sobre previdência complementar fechada, planejamento financeiro e

investimentos. O evento teve a participação de Deborah Maggio, gerente geral da Jusprev e advogada especialista em previdência complementar fechada. Ela abordou os planos da instituição na área previdenciária. Já o gestor de investimentos, professor e sócio fundador da Vermont, Daniel Sena, explicou sobre planejamento financeiro e investimentos.



## AMMP promove a defesa dos associados

Nos anos de 2020 e 2021, a AMMP, por meio do Escritório de Advocacia Luiz Carlos Abritta, continuou atuando na defesa irrestrita de membros do Ministério Público em âmbito judicial e administrativo, mediante acompanhamento dos casos e prestação de serviços advocatícios.

O referido Escritório, que presta serviço qualificado para a Associação há mais de 20 anos, tem relevância nacional, já que em 2018, o escritório foi eleito, pela empresa Análise Editorial, como 80º mais admirado do país. O ranking, que completou 12 anos, elege os 500 melhores escritórios do país por meio de pesquisa realizada com os principais responsáveis pela área jurídica das 1900 maiores empresas do Brasil.

# Aprimoramento funcional\_

**No biênio 2020-2021, a AMMP ofertou nove webinários e cursos on-line. Os eventos tiveram como propósito o aprimoramento funcional dos membros do MPMG, bem como discutir temas caros para classe.**

## Fevereiro de 2020

### Curso Lei Anticrime (presencial)



Convidados:

Vladimir Aras (Procurador Regional da República)

Bruno Calabrich (Procurador Regional da República)

Marcelo Schirmer Albuquerque (Promotor de Justiça - MPMG)

Leonardo Barreto Moreira Alves (Promotor de Justiça - MPMG)

## Maio de 2020

### 1º Webinário: Temas Atuais em Direito Administrativo

Apresentação:

Francisco Chaves Generoso (Promotor de Justiça e Diretor Cultural da AMMP)

Convidados:



Debatedor: Fernando Martins Rodrigues (Promotor de Justiça - MPMG)

Marcos Augusto Perez (Doutor em Direito do Estado pela FDUSP)

Raquel Branquinho (Procuradora da República)

Bruno Miragem (Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, advogado e parecerista)



## Junho de 2020

### 1º Congresso Nacional On-line de Vitimologia e Direito das Vítimas Criminais

Coordenador científico: Lélío Braga Calhau



Abertura:

Enéias Xavier Gomes (Presidente da AMMP)

Manoel Sereni Murieta (Presidente da CONAMP)

Antônio Sérgio Tonet (Procurador-Geral de Justiça)

Lélío Braga Calhau (Promotor de Justiça do MPMG e coordenador acadêmico)

Palestrantes:

Vladimir Aras (Procurador Regional da República)

Alline Pedra (advogada e Pós-Doutora em Direito pela UFSC)

Dermeval Farias Gomes Filho (Promotor de Justiça do Distrito Federal e Mestre em Direito Penal pelo UNICEUB)

Douglas Fischer (Procurador Regional da República)

Annunziata Iulianello (Promotora de Justiça do MPSP)

Eduardo Saad-Diniz (Professor da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto e do Programa de Integração da América Latina - PROLAM)

Lélío Braga Calhau (Coordenador acadêmico do evento e Promotor de Justiça - MPMG)

Wanderley Rebello Filho (Advogado e presidente da Sociedade Brasileira de Vitimologia e sua luta pelos direitos das vítimas)

Danielle de Guimarães Germano Arlé (Promotora de Justiça - MPMG)

Fernanda Rosenblatt (Doutora em Criminologia pela University of Oxford)

Anderson Burke (Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais e especialista em Ciências Criminais)

César Danilo Novais (Promotor de Justiça - MPMT)

Manoel Murrieta (Presidente da CONAMP)

Pedro Ivo (Promotor de Justiça do MPES e Presidente da AESMP)

## Julho de 2020

### Webinário "Tribunal do Júri"

Apresentação:



Luz Maria Romanelli Castro (Promotora de Justiça do MPMG e 2ª Diretora Administrativa da AMMP)



Júnia Barroso Oliveira Balsamão (Promotora de Justiça e 2ª Diretora Financeira da AMMP)

Convidados:

César Danilo de Novais (Promotor de Justiça Titular do Tribunal do Júri do Ministério Público do Mato Grosso e autor do livro "A Vítima no Tribunal do Júri")

Cláudio Maia de Barros (Promotor de Justiça do MPMG e do 1º Tribunal do Júri)

Daniel Saliba de Freitas (Promotor de Justiça - MPMG)

Hélio Pedro Soares (Promotor de Justiça - MPMG)

Cristian Lúcio da Silva (Promotor de Justiça - MPMG)

Renato Teixeira Rezende (Promotor de Justiça - MPMG)

Igor Serrano Silva (Promotor de Justiça e coordenador do GAECO Varginha)

Danni Salles Silva (Promotor de Justiça no Estado de Goiás, Mestre em Ciências Criminais pela Faculdade de Direito de Lisboa e autor do livro “Persuasão na Tribuna”)

Ana Cláudia Lopes (Promotora de Justiça - MPMG)

Felipe Amantéa (Promotor de Justiça - MPMG)

Adriano Dutra (Promotor de Justiça - MPMG)

Luciana Resende (Promotora de Justiça - MPMG)

Vinicius Alcantara Galvão (Promotor de Justiça - MPMG)

### Agosto de 2020

#### Webinário “Direito de Famílias e Sucessões”

Apresentação:



Francisco Chaves Generoso (Promotor de Justiça e Diretor Cultural da AMMP)

Convidados:

Conrado Paulino da Rosa (Advogado, Professor e Pós-Doutor em Direito)

Nelson Rosenvald (Procurador de Justiça do MPMG, Presidente do IBERC e Pós-Doutor em Direito Civil)

Elena de Carvalho Gomes (Advogada, Professora da UFMG e Doutora em Direito)

Dimas Messias de Carvalho (Promotor de Justiça do MPMG aposentado e Mestre em Direito Constitucional)

### Março de 2021

#### Acordo de Leniência



Abertura:

Larissa Rodrigues Amaral (Vice-Presidente da AMMP)

Palestrante:

Samantha Dobrowolski (Subprocuradora-Geral da República)

### Abril de 2021

#### Tribunal do Júri

Apresentação:

Larissa Rodrigues Amaral (Vice-Presidente da AMMP)

Luz Maria Romanelli de Castro (Coordenadora Científica e Diretora da AMMP)

Júnia Barroso Oliveira Balsamão (Diretora Financeira da AMMP)

Convidados:

Márcio Schlee Gomes (Promotor de Justiça do MPRS)

Enzo Pravatta Bassetti (Promotor de Justiça - MPMG)

Denise Guerzoni Coelho (Promotora de Justiça - MPMG)

Vinicius Bigonha Cancela Moraes de Melo (Promotor de Justiça - MPMG)



Marcelle Rodrigues da Costa e Faria (Promotora de Justiça do MPMT)

Thalita da Silva Coelho (Promotora de Justiça - MPMG)



Gregório Assagra de Almeida (Procurador de Justiça - MPMG)

Alderico de Carvalho Júnior (Promotor de Justiça - MPMG)

Leonardo Diniz Faria (Promotor de Justiça - MPMG)

Roberto Heleno de Castro Júnior (Promotor de Justiça - MPMG)

Flávia Mussi Bueno do Couto (Promotora de Justiça - MPMG)



Ticiane Louise Santana Pereira (Promotora de Justiça - MPPR)



### Maio de 2021

#### Psicologia Positiva

Apresentação:

Luz Maria Romanelli de Castro (Diretora da AMMP)

Palestrante:

Lilian Graziano (Professora e doutora em Psicologia)



### Agosto de 2021

#### Nova Lei de Licitações

Apresentação:

Danielle Cristina Barral de Queiroz (Promotora de Justiça e coordenadora Regional de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária do Norte de Minas)

Carlos Vinicius Alves Ribeiro (Promotor de Justiça do Ministério Público de Goiás e membro auxiliar da presidência do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP)

# Patrimonial\_

## AMMP revitaliza espaços da sede e apartamentos

Entre 2020 e 2021, a AMMP entregou reformas tanto da própria sede quanto dos apartamentos e flats.

Foram entregues 6 flats que passaram por diversas benfeitorias, como troca de carpetes por pisos laminados, além de renovação na pintura de todos os espaços. Outros ajustes pontuais foram feitos, como troca de cortinas, de ares-condicionados e banheiros com novos rejuntas.

Além disso, dois apartamentos da rua Aimorés receberam novo sinteco e pintura.

O apartamento 601 também está com novas luminárias e ajustes para evitar infiltrações.

Em Cabo Frio, a cobertura recebeu nova pintura e pisos, além das esquadrias e instalação de mosquiteiras e telas. Com a reforma de todos esses espaços, a AMMP oferecer ainda mais conforto, comodidade e qualidade aos nossos associados.

Em maio de 2021, a AMMP concluiu a reforma do segundo andar da sede, na rua Timbiras, contemplando o restaurante e o scotch bar. O espaço, que já contava com uma visão privilegiada da região graças à grande luminosidade das janelas e ao pé-direito alto, foi ainda mais valorizado com a reforma, que teve início no ano passado.

Um dos pontos mais importantes da reforma é a acessibilidade. Anteriormente, o scotch bar era acessado por uma escada que se encontrava no restaurante. A escada foi retirada, dando mais espaço para o trânsito de pessoas, enquanto o scotch Bar e o salão de sinuca passam a ser acessíveis via elevadores.

Outro diferencial da obra foi a decoração: cores frias e amadeiradas foram predominantes para criar um espaço mais aconchegante, assim como a escolha por luzes amareladas, de tonalidade mais quente. O requinte também foi priorizado na escolha do mobiliário, que combina com o restante da decoração. Os banheiros também foram revitalizados com o uso de mármore, contribuindo para a estratégia de refinamento dos espaços.



## Eventos\_

### Lives levaram entretenimento aos associados

Entre 2020 e 2021, o setor de eventos e a comunicação da AMMP promoveram atividades inéditas para os associados: com a pandemia e o advento das atividades on-line, viu-se a importância de promover também a interação social entre membros do MP de diferentes partes do estado, de forma totalmente remota e segura. Assim, as Lives Gastronômicas e live de fim de ano foram tomando corpo e criando um público fiel de participantes a cada edição, que ocorreu mensalmente.

A missão das lives gastronômicas era trazer *chefs* renomados de Minas Gerais para compartilharem seus conhecimentos conduzindo um jantar ao vivo através de plataforma virtual – os participantes da live puderam interagir com o *chef* e entre os demais participantes, seguindo o passo a passo recomendado pelo palestrante em tempo real. Ao final do evento, o *chef* e associados compartilhavam o resultado entre os colegas. A cada encontro, foi feita uma entrada, um prato principal e uma sobremesa.

Os associados aprenderam a fazer pratos principais como *filet au poivre*, boi à la romana com molho genovês, papardelle na manteiga de sálvia e risoto caipira, entre outros. Entre as entradas, surpreenderam o salmão selado com emulsão de rúcula; manjerição e batata confit; camembert ao forno com melão e amêndoas laminadas; cogumelos à provençal, panhoca recheada de queijo brie, entre outros. Já entre as sobremesas,

destaque para pera ao vinho com brie e sorvete de pistache, brownie de chocolate belga, creme de mascarpone com morangos frescos.

As lives gastronômicas trouxeram nomes como Felipe Rameh, que chefou a cozinha do renomado restaurante D.O.M, de São Paulo; Leo Trópia, Ivo Faria, Rusty Marcellini, além de um evento especial de harmonização de cervejas, com a Cervejaria Mar d' Morros. Destaque para o associado e chef Rômulo Paiva, que também participou da nossa programação com um menu inspirado na cozinha mineira. Já em 2021, foi a vez de Carolina Machado e Felipe Caputo comandarem as lives. Ao todo foram realizados 8 encontros virtuais, sempre às sextas-feiras.

Por sua vez, a live de fim de ano de 2020 contou com a participação do DJ Cateb e da barista Eide Maurício, que ensinou a fazer drinks. Também foi realizado o sorteio de prêmios aos associados como assinaturas de clubes de vinho e uma geladeira cervejeira.



Já no fim de 2021, com o avanço da vacinação, foi possível realizar grande festa de fim de ano, em Nova Lima, no espaço Casa Tua Eventos. O evento contou shows de Nando Reis, Marina Araújo e Dj Cateb.



## Aposentados e pensionistas\_

### Atendimento aos pensionistas e aposentados seguiu durante isolamento social

A pandemia do novo coronavírus exigiu que a AMMP se adaptasse para continuar atendendo com eficiência os aposentados(as) e pensionistas.

Durante o período, a equipe da AMMP entrou em contato com associados para fazer o trabalho de escuta e levar bem-estar, além de oferecer suporte para os serviços ativos. No total, foram realizados, aproximadamente, 500 atendimentos por meio dos canais oficiais da AMMP.

#### Chás da 3 retornou após hiato

Após 18 meses de interrupção, o tradicional Chá das 3 para aposentados(as) e pensionistas voltou em agosto de 2021. O evento, que ocorre uma vez por mês, celebra o encontro de associados e segue repleto de comidas, bebidas e música.



## Esportes\_

### Atividades esportivas voltaram a movimentar a agenda da AMMP

No segundo semestre, o setor de esportes da AMMP organizou eventos esportivos tradicionais e inovadores. A academia, que fica na sede da Instituição, também retornou às atividades com segurança sanitária.

#### Torneio amistoso de Beach Tennis

Local: Kiosk Beach Tennis, Belvedere



#### Copa de Kart

Local: kartódromo RBC Racing, Vespasiano



#### Torneio de Futebol da Amizade

Local: Arena Morro das Pedras, Nova Granada



#### Torneio Estadual de Futebol

Local: Tiradentes (MG)



#### Trilhas Lapinha da Serra

Local: Santana do Riacho (MG)



## Comunicação\_

### AMMP conectada e presente em novas plataformas

As redes sociais da AMMP angariaram um crescimento considerável nos dois últimos anos. O Instagram - rede com maior interação entre os associados - obteve crescimento de 40%. O usuários reagiram constantemente aos mais variados conteúdos das páginas.

A partir deste período, iniciado em janeiro de 2020, houve uma preocupação em alimentar as redes em todos os dias úteis. As postagens

variam entre peças gráficas fixas, vídeos, IGTV, reels, posts em formato carrossel, entre outros, sempre acompanhando as inovações das redes sociais em questão.

No mesmo ano foi criada a página da AMMP no YouTube, proporcionando maior interlocução com os associados através da mais tradicional plataforma de vídeo. O YouTube tem cerca de 1 bilhão de usuários pelo mundo e ajudou a popularizar o formato de vídeo nas redes, que hoje é hegemônico. Criado em maio de 2020, o canal da AMMP conta com conteúdos exclusivos para a plataforma: um exemplo é o programa CONEXÃO AMMP, gravado de forma totalmente remota.





## #CONEXÃOAMMP

O **#ConexãoAMMP** é uma iniciativa que visa a amplificar o trabalho dos (as) Promotores (as) e Procuradores (as) de Justiça mineiros para o público externo. Além de destacar o trabalho feito dentro das comarcas mineiras, o objetivo é mostrar outras paixões do entrevistado que o aproximam ainda mais da vivência com a sociedade local – seja o contato com movimentos culturais como os carnavais de rua, com companhias populares de dança, com a música, com o cinema. Em sua segunda temporada, o programa trouxe associados que também são autores, tanto de livros voltados para a literatura quanto para suas pesquisas acadêmicas, sempre conectadas com o trabalho no Ministério Público.

Apresentado pelo jornalista Orion Teixeira, que também assina colunas em mídias como a Rádio Band News BH e o Portal UAI, o programa estreou em março de 2021.

Para conscientizar a respeito do distanciamento social e entrando na estética das lives que deixam o jornalismo ainda mais conectado e contemporâneo, o Conexão AMMP é gravado de forma totalmente remota, em um formato leve e informal.

Confira as edições realizadas do **#ConexãoAMMP**:

### PRIMEIRA TEMPORADA:

- 1 – Cinema com Alessandro Garcia
- 2 – Bossa nova com André de Almeida
- 3 – Filosofia com Henrique Nogueira
- 4 – Ingrid Costa dos Reis, ballet e teatro comunitário
- 5 – Nidiane Gonçalves e os movimentos populares
- 6 – Bergson Guimarães e o Clube da Esquina

### SEGUNDA TEMPORADA:

- 1- A literatura de Henrique German
- 2- Monique Mosca – “Dano Animal”
- 3- Leonardo Barreto – “Manual de Processo Penal”
- 4- Vanessa Campolina e o Direito Humano à Água
- 5- Luciano Henrique Badini e os direitos das famílias
- 6- Marcos Paulo de Souza Miranda e o livro Caminho do Comércio (Estrada Real)

## #PODCAST AMMP

O **Podcast AMMP** tem como objetivo a divulgação de atualizações jurídicas para a classe, muitas vezes advindas dos informativos institucionais do STJ e STF que impactam diretamente no trabalho do Ministério Público.

O formato podcast atende à necessidade cada vez mais atual de o associado se manter informado por meio de um formato versátil: através do áudio, é permitido ao ouvinte consumir o conteúdo enquanto realiza outras atividades, como no trânsito, a caminho do trabalho.

### Edições realizadas:

Informante confidencial – Ingrid Veloso Soares do Val – Promotora de Justiça e coordenadora do GAECO Regional de Governador Valadares,

Nova Lei de Improbidade Administrativa – Felipe Gustavo Gonçalves Caires – Promotor de Justiça da 13ª PJ de Montes Claros

Condenação baseada exclusivamente em declarações informais – Daniel Saliba – Promotor de Justiça da 02ª PJ de Nova Serrana

Extensão não edificável nas Áreas de Preservação Permanente – Cláudia de Oliveira Ignez – Promotora de Justiça da 01ª PJ de Nova Lima

Multa instituída pelo art. 249 do ECA não possui caráter meramente preventivo – Almir Geraldo Guimarães – Promotor de Justiça da 02ª PJ de Mateus Leme

Lei 8.666/1993 e sociedades de economia mista – Fernando Rodrigues Martins – Promotor de Justiça da 03ª PJ de Uberlândia –

Dados de agenda telefônica – Igor Serrano Silva – Promotor de Justiça e Coordenador do GAECO Varginha

Nova hipótese de foro por prerrogativa de função – Fernanda Caram Monteiro – Promotora de Justiça da 21ª PJ de Contagem

Flexibilização de licenciamento ambiental – Lucas Marques Trindade – Promotor de Justiça da 3ª PJ de Nova Serrana e coordenador regional das PJ do Meio Ambiente das Bacias dos Rios das Velhas e Paraopeba

## O AMMP ACOMPANHA apresenta à população o trabalho realizado pelos membros do MPMG

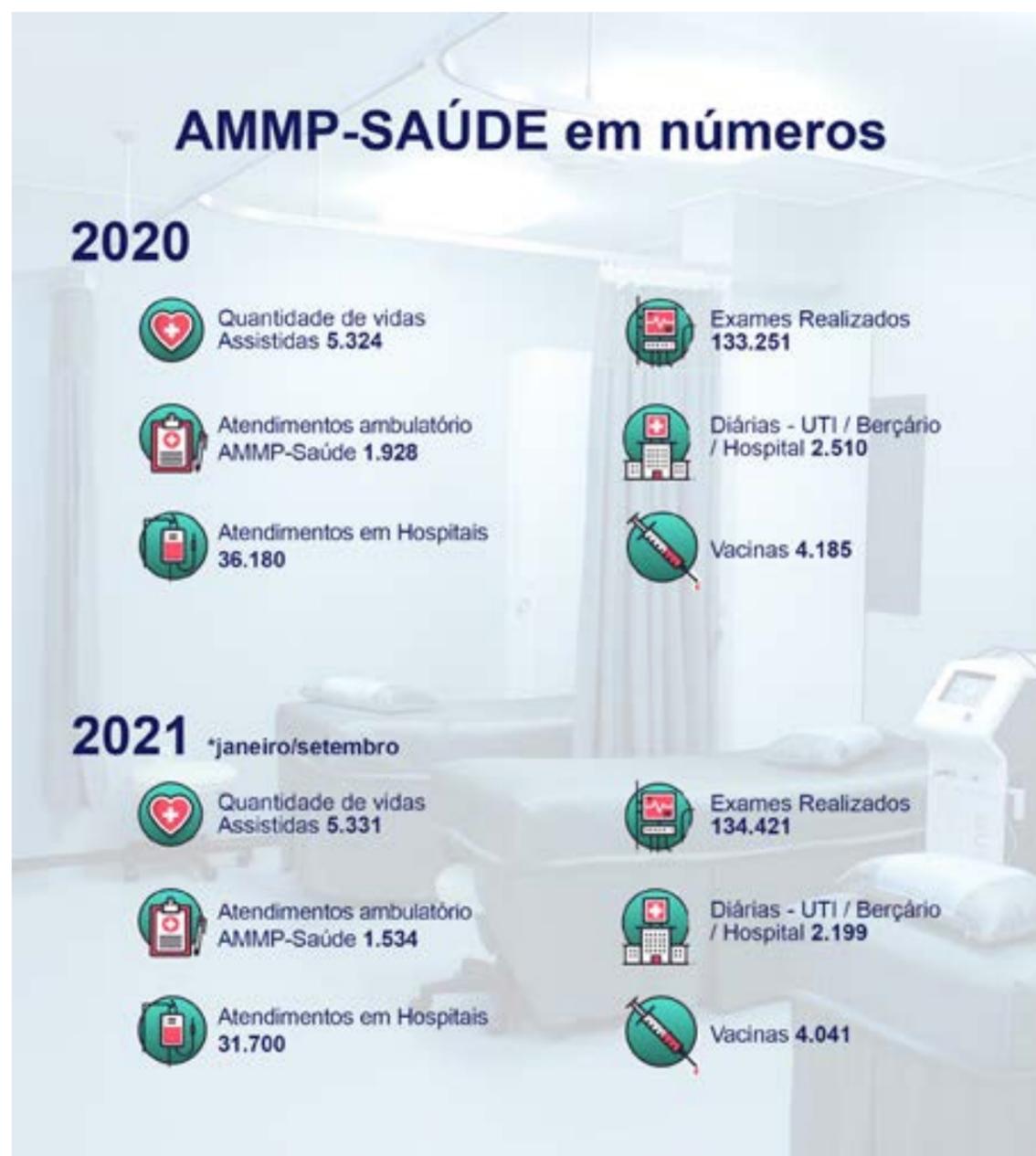
O **AMMP Acompanha** é uma iniciativa da AMMP para divulgar o trabalho realizado pelos (as) Promotores (as) e Procuradores (as) de Justiça mineiros. Para atender aos múltiplos formatos cada vez mais exigidos pelos feeds das redes sociais, as divulgações da **#AMMPACOMPANHA** variam entre múltiplas peças formando um álbum no feed (carrossel), dando destaque a diversas ações resumidamente, ou através de um vídeo formato IGTV ou reels, dando destaque a uma ação específica.

Em 2019, foram 15 peças de divulgação e vídeos e no último biênio, o número de publicações saltou para 25.

# AMMP-SAÚDE

Plano de saúde conta com ampla rede credenciada que abrange todo o território do estado.

O atendimento envolve assistência ambulatorial e hospitalar completa, o que confere segurança e cuidado aos associados.



## Campanhas de vacinação contra a gripe

A AMMP-SAÚDE promoveu campanhas de vacinação contra a gripe em 2020 e 2021, na sede.

A equipe de saúde responsável pela imunização adotou uma série de medidas de segurança, como distância mínima e desinfecção constante dos espaços.

Para garantir a segurança sanitária, o primeiro dia da campanha foi destinado aos idosos, gestantes e demais pessoas integrantes do grupo de risco de contaminação pelo COVID-19. Os outros dois dias foram livres aos associados e dependentes incluídos no plano de saúde.

Aqueles que estiveram impossibilitados de se locomover e comparecer à sede da AMMP puderam agendar a vacinação domiciliar junto ao Instituto Hermes Pardini. A cobrança da taxa de deslocamento pelo laboratório pôde ser reembolsada pelo plano.

A campanha também foi realizada no interior de Minas Gerais, por meio de laboratórios conveniados. Onde não havia prestadores parceiros, o associado pôde realizar a vacinação e solicitar o reembolso com apresentação do recibo ou nota fiscal.

## Reembolso de despesas

No âmbito da AMMP-Saúde, foi criado o sistema de garantias especiais, permitindo o reembolso parcial de outras despesas relacionadas à saúde, inclusive odontológicas.

Também foi implementada ferramenta no site para facilitar as solicitações de reembolso. Ainda, relativamente à assistência medico-hospitalar, no ano de 2021 foi aperfeiçoado o sistema, e obtida importante vitória legislativa de extensão a pensionistas, fruto de diálogo com a Administração Superior.



# TURISMO\_

## Setor de Turismo ofereceu vantagens e comodidade para destinos especiais

Ativa desde abril de 2016, a AMMP Turismo oferece como diferencial o repasse do comissionamento, normalmente cobrado por agências de viagens do mercado, como forma de desconto.

São ofertados pacotes de viagens personalizados, compra de passagens aéreas

com desconto, facilidade na reserva de hospedagem e transfers, locação de veículos e compra seguro viagem e moedas com preço abaixo do mercado.

Mesmo no contexto da pandemia, a AMMP Turismo seguiu realizando atendimentos e solucionando as demandas dos associados na remarcação de viagens e cancelamentos de pacotes.

O setor também foi responsável por organizar e agendar as estadias nos flats e apartamentos da AMMP em Belo Horizonte e **Cabo Frio**. Ao longo do período, foram efetuadas: **611** reservas para **BH** e **193** para Cabo Frio.



# AMMP solidária\_

## Campanhas apoiaram iniciativas, pessoas e instituições

Tradicionalmente, a AMMP realiza campanhas solidárias em datas simbólicas do ano, contemplando os mais diversos públicos, sempre com foco na assistência social: é o caso da campanha do **Dia das Crianças**, da **Campanha do Agasalho no inverno**, do **Imposto de Renda Solidário** e da **Campanha de Natal**. Com a pandemia em 2020, a Associação ampliou o enfoque de suas campanhas para auxiliar um contingente ainda maior de pessoas.

Conheça as tradicionais campanhas desenvolvidas pela AMMP.

### •Imposto de Renda Solidário

Em 2020, os associados da AMMP puderam destinar até 3% devido às instituições de caridade de sua preferência, dentre aquelas auxiliadas pela AMMP. Ao todo, foram doados R\$5.748 para **Casa Aurea** R\$25,388,22 para a **Fundação Sara**, ambas instituições que acolhem crianças com câncer. Já em 2021, foram R\$22.242,46 para a Casa Aura e R\$ 9.302,22 para a instituição Caminhos Para Jesus, que ampara crianças com sequelas de paralisia cerebral e carentes socioeconomicamente.



### •Campanha do Agasalho

Em 2021, foram doados 268 itens para doação, entre blusas, cobertores, meias e calçados entregues ao Centro de Referência da População em situação de Rua – Sul (CREAS-POP).



### •Dia das Crianças

Em 2020, foram 99 brinquedos doados às crianças da **Fundação Sara** e **Casa Aura**. Já em 2021, a AMMP auxiliou 3 instituições diferentes: **Associação Irmão Sol**; **Lar Esperança Francisca de Paula de Jesus** e **Projeto Social Batista Regular**, tendo arrecadado 58 brinquedos e 58 saquinhos de guloseimas.



### •Campanha de Natal

Em 2020, foram arrecadadas 83 cestas básicas à **Creche Vila Cemig**. Em 2021, a divulgação da campanha segue a todo vapor – os recursos serão integralmente dedicados à compra de cestas básicas destinadas à **ONG Amigos de Minas**.



**•Campanha contra a fome**

Em 2021, a AMMP arrecadou, através de seus associados, R\$6.950,00, sendo 442,5 kg de proteína para a entidade **Toca de Assis**, que auxilia a população de rua.



**Campanhas apoiadas pela AMMP**

Além de dedicar-se às campanhas próprias, a AMMP também apoia a divulgação de campanhas externas com foco social por meio de ampla divulgação.

**•Campanha Viva sem Fome (2020/2021)**

Apoiada pela AMMP por meio de ampla divulgação em nossos canais de comunicação, a campanha **“Comunidade Viva Sem Fome”** arrecadou, desde o ano passado até novembro de 2021, mais de 500 toneladas de alimentos, além de 7 mil máscaras de tecido e 14 mil peças informativas sobre prevenção ao coronavírus e à violência contra a mulher, à criança e ao



adolescente no Morro do Papagaio, Morro das Pedras e Aglomerado da Serra

**•Campanha de financiamento coletivo para apoiar o Hospital das Clínicas, Risoleta Neves e UPA Centro-Sul (2020)**

A AMMP também apoiou campanha de arrecadação de recursos para aquisição de medicamentos, insumos e equipamentos e serviços destinados ao Hospital das Clínicas da UFMG, Hospital Risoleta Tolentino Neves e Unidade de Pronto Atendimento Centro-Sul. Em razão do aumento diário do número de pacientes por conta do coronavírus, as unidades começam a verificar queda expressiva em seus estoques e na capacidade de assistência à saúde.

**•Divulgação de projeto da UFMG que visa desenvolver respiradores (2020)**

Pesquisadores criam dispositivo para que respiradores mecânicos ampliem capacidade de atendimento; campanha foi divulgada no **AMMP Notícias**.



# AMMP CONECTADA A VOCÊ!

## MANTENHA SEUS DADOS ATUALIZADOS

E FIQUE POR DENTRO DE TUDO O QUE ACONTECE NA ASSOCIAÇÃO!

ATUALIZE SEU CADASTRO COM E-MAIL E TELEFONE:

ENVIE PARA

✉ [cadastro@ammp.org.br](mailto:cadastro@ammp.org.br)

📞 (31) 99782-5709

☎ (31) 2105-4878

# CONVÊNIOS AMMP

Associado, confira no site da AMMP os diversos convênios que temos para melhor te atender  
[ammp.org.br/convencios](http://ammp.org.br/convencios)



# CONECTE-SE COM A AMMP

Siga as nossas Redes Sociais



